

# A importância da Comunidade Andina para a economia da América Latina

José Ultemar da Silva

Uninove/FEA-USP. São Paulo – SP [Brasil]  
ultemar@uninove.br

Neste artigo, trata-se da formação da Comunidade Andina (CAN) e de sua importância no processo de integração da América Latina. Nesse contexto, enfatiza-se a organização do bloco andino, analisando os países-membros, a situação socioeconômica e política, os principais parceiros e como estão as relações desse bloco com o Brasil, uma vez que o país possui uma participação expressiva nesse mercado, atualmente prejudicada com os discursos de nacionalização do gás boliviano.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Diplomacia. Industrialização. Investimento.

# 1 Introdução

O Pacto Andino – que instituiu a Comunidade Andina (CAN), com sede em Lima (Peru) – foi estabelecido, em 1969, com a assinatura do *Acordo de Cartagena* (COMUNIDAD ANDINA, 2006a). No entanto, somente a partir de agosto de 1997 é que se iniciaram suas funções. Segundo Seitenfus (2000), diante das dificuldades encontradas pela Associação Latino-Americano de Livre-Comércio (ALALC), no fim da década de 1960, alguns países se convenceram da necessidade de construir blocos sub-regionais de integração, o que levou à criação dessa comunidade.

Entre 1997 e 1990, a CAN passou por diferentes estágios, dos quais o mais importante foi o da troca do modelo de substituição de importações por um mercado regional livre. Dessa forma, de uma concepção original de integração fechada, a CAN evoluiu, nos anos de 1990, para um esquema de regionalismo aberto. De acordo com Krugman e Obstfeld (2005, p. 503), “[...] a verdade é que, até a década de 1970, o altíssimo custo de crescer voltado para dentro baseado na substituição das importações não havia se tornado evidente na América Latina”.

Segundo Krugman e Obstfeld (2005), após a Segunda Guerra Mundial, acreditava-se que a chave para o desenvolvimento econômico seria criar um forte setor de manufaturas voltado para o mercado interno e depois protegê-lo contra a concorrência internacional. No entanto, muitos países permaneceram estagnados por anos, pois suas empresas não eram fortemente estimuladas para a exportação. Na América Latina, o Chile foi um dos primeiros países a abandonar a estratégia da industrialização pela substituição das importações e a implantar políticas para as novas exportações.

Desde sua formação, a CAN objetiva promover o desenvolvimento balanceado e harmônico dos países-membros em condições de equilíbrio pela integração e pela cooperação econômica e social, acelerar o crescimento dos países andinos, gerar empregos e facilitar a participação no processo de integração regional, com o intuito de formar, gradualmente,

um mercado comum latino-americano. Nesse sentido, a proposta é reduzir a vulnerabilidade externa dos países-membros e impor sua posição no contexto econômico internacional, reforçar a solidariedade regional e reduzir as diferenças no desenvolvimento que existem entre os países e, por fim, definir metas sociais orientadas para a melhoria da qualidade de vida dos diferentes grupos, com o fito de promover o desenvolvimento comum. De acordo com Vesentini (2000, p. 78), “[...] apesar de todos os objetivos e esforços de desenvolvimento, a CAN trata-se de uma associação fundada muito antes da tendência atual de globalização, mas que nunca caminhou a passos longos.”

A CAN possui uma população de mais de 105 milhões de habitantes, numa área de aproximadamente 4,7 milhões de quilômetros quadrados, e um produto interno bruto (PIB) de cerca de 319 milhões de dólares. Os países, em sua maioria, estão localizados na Cordilheira dos Andes, sendo, por isso, chamados de países andinos. São eles: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile. Cabe lembrar que o Chile, embora tenha participado da CAN desde a sua fundação, retirou-se em 1977.

A população da América Andina é formada, sobretudo, por mestiços, descendentes de espanhóis e indígenas. Além deles, ainda existem grupos indígenas que habitam as áreas elevadas e conservam sua cultura, permanecendo à margem da sociedade moderna. Dessa forma, a população da América Andina reflete o processo de colonização espanhola: a língua oficial é o espanhol, e a religião predominante, o catolicismo. Na Venezuela, Colômbia e Equador, há um pequeno número de negros, descendentes dos escravos trazidos pelos colonizadores.

Segundo pesquisas, os problemas socioeconômicos, tais como deficiência alimentar, analfabetismo, habitações insuficientes e falta de saneamento básico, são dramáticos e constituem realidade comum aos países andinos. O êxodo rural é acentuado, devido, principalmente, às precárias condições de vida no campo. As capitais abrigam enorme população em condições muito difíceis de vida, tais como subemprego, mendicância e marginalidade, hoje bastante visíveis em cidades como

La Paz (Bolívia), Caracas (Venezuela), Bogotá (Colômbia). Na região, são registradas as maiores taxas de mortalidade e natalidade.

Do ponto de vista físico, a América Andina se caracteriza por três paisagens distintas: a Cordilheira dos Andes, as planícies litorâneas e as planícies orientais, com clima e vegetação bem diversificados. A maioria dos pontos elevados está acima de 3 mil metros (m) de altitude, destacando-se o Pico do Aconcágua, com 7.040 m. Nos planaltos da Cordilheira dos Andes, verificam-se as maiores densidades populacionais da América Andina.

A maioria da população é jovem, situando-se abaixo de 20 anos. Esse é um problema grave para a economia, pois os jovens são chamados muito cedo para o mercado de trabalho, sem terem completado a formação escolar básica. Se isso não ocorresse, a população adulta ficaria sobrecarregada, visto que haveria, relativamente, muita oferta e pouca demanda profissional. A predominância de jovens despreparados no mercado de trabalho compromete os níveis de produtividade tanto no presente quanto para o futuro, e a população economicamente ativa ocupa principalmente o setor terciário da economia (comércio e prestação de serviços). Nesses países, a maior parte da população vive em áreas urbanas, onde os jovens dependem de investimentos em educação para que possam absorver as poucas vagas oferecidas pelas organizações.

Segundo Krugman e Obstfeld (2005, p. 503),

[...] apesar dos enormes recursos naturais, a maior parte da população da América Latina permanece mergulhada na pobreza e a região tem sido castigada por [seguidas] crises financeiras. Embora haja um caminho difícil a ser seguido pelos diversos países da região, alguns têm obtido progressos significantes na direção da estabilidade econômica e dos padrões de vida crescente de forma sustentável.

A questão do desenvolvimento possui origens tanto teóricas quanto empíricas e muitas

são resultantes das crises econômicas; daí os diversos conceitos. Por exemplo, na América Latina, após a Segunda Guerra Mundial, como muitos países estavam mergulhados em crises, criou-se a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal)<sup>1</sup>, cujo objetivo era promover o crescimento econômico da região e reduzir as desigualdades sociais.

Segundo Cherem e Sena Júnior (2004, p. 3),

[...] conceituar o que é desenvolvimento não é uma tarefa fácil, pois não existe uma definição universalmente aceita, e, conforme a posição adotada, muda o conteúdo de tal conceito. Há basicamente duas grandes correntes: uma que considera crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento; outra que entende que tal crescimento faz parte do desenvolvimento, constituindo condição indispensável, mas que não é suficiente.

De acordo com Cherem e Sena Júnior (2004), na primeira corrente, os modelos criados enfatizam a acumulação de capital, defendendo a noção de que o crescimento econômico, baseado na distribuição correta da renda entre os detentores dos fatores de produção, implica a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento da sociedade. No entanto, para a segunda corrente, não é suficiente que haja mudanças quantitativas – provindas do crescimento econômico – na vida das pessoas. O desenvolvimento envolve mudanças qualitativas não só no modo de vida, mas também nas instituições que compõem a sociedade e em suas estruturas produtivas.

Cabe lembrar que relacionar desenvolvimento com distribuição de renda e comércio internacional não é uma tarefa simples, pois os estudos disponíveis até o momento apresentam resultados bastante ambíguos. Isso ocorre, porque a liberalização econômica pode afetar os países mais pobres quando não existe uma rede de proteção social justa.

Ao lado das discussões sobre os benefícios e malefícios da globalização, a expansão do crescimento econômico, aliada à constatação de

que os efeitos desse crescimento não implicavam necessariamente a melhoria de vida da maioria da população mundial, reavivou os debates sobre globalização *versus* desenvolvimento econômico. Se o indicativo do nível de vida aumentou em muitos países em desenvolvimento, o mesmo não pode ser dito em relação à maioria dos indicativos socioeconômicos dos países subdesenvolvidos, muitos localizados na América Latina.

## 2 Aspectos econômicos da América Andina

A economia da América Andina está fundamentada em atividades primárias: a agricultura, a pecuária, a pesca e a mineração. A agricultura de subsistência, praticada pelos camponeses mais pobres, segue modelos tradicionais de produção, dependendo muito da fertilidade natural do solo. A queimada é a prática mais comum nos cultivos de milho, arroz, trigo, cevada e batata. Como não há tratamento dos solos e as áreas são cultivadas até a exaustão, ocorre, com frequência, o abandono das terras esgotadas ou a substituição da agricultura pela pecuária.

Na agricultura comercial, utilizam-se técnicas mais modernas e grandes propriedades. Dessa forma, as produções de café, cacau, algodão, cana-de-açúcar e banana estão voltadas para o mercado internacional, porém os países do bloco andino encontram dificuldades nesse mercado, principalmente devido à concorrência dos países africanos, exportadores dos mesmos produtos. Além dessas culturas principais, encontra-se, na América Andina, o cultivo da vinha, do amendoim, do coco e da beterraba.

Na pecuária, predomina o rebanho não selecionado e de baixa produtividade, em que bovinos e ovinos não são representativos, e a criação intensiva do gado leiteiro ocorre apenas na região central do Chile. Dessa forma, a produtividade no setor pecuário não consegue abastecer o mercado interno, o que resulta em constantes importações.

A pesca é outra atividade de destaque, sobretudo no Peru, no Equador e na Colômbia. As técnicas ainda são muito rudimentares e isso

determina também uma baixa produtividade. O Peru é o maior exportador de farinha de peixe, utilizada como ração animal.

Os recursos minerais que se destacam são: o petróleo, na Venezuela, na Colômbia e no Equador; o cobre, no Chile; a bauxita, o estanho e o gás, na Bolívia; a prata e o chumbo, no Peru. A Venezuela é o maior produtor de petróleo da América Latina, fazendo parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep)<sup>2</sup>.

A história industrial dos países andinos se deu durante a Segunda Guerra Mundial, quando surgiram vários obstáculos à importação de produtos industriais, e a única opção aos países dessa comunidade foi criar sua própria indústria para suprir seus mercados internos. Assim, formou-se, na América Andina, uma indústria de bens de consumo.

De acordo com Sandroni (1989, p. 43), com a criação da Cepal, os primeiros estudos caracterizaram a América Latina como fornecedora de produtos primários e região consumidora de industrializados provenientes do exterior. Visando à mudança do perfil, formou-se um quadro de especialistas renomados da região (economistas, administradores, sociólogos) que, trabalhando numa direção comum, tornaram-se conhecidos como integrantes da Escola da Cepal. Entre eles, destacaram-se Celso Furtado e Felipe Herrera, que defenderam a necessidade de promover a industrialização da América Latina e a diversificação geral da estrutura produtiva e propuseram medidas para uma melhor distribuição da renda, reorganização administrativa, planejamento econômico, entre outros.

Atualmente, o quadro dessa industrialização comum a todos os países da América Andina é o seguinte: emprego de capital estrangeiro, mão-de-obra pouco qualificada e barata, insuficiência de equipamentos industriais e uma rede de transportes precária. Nesses países, as indústrias também se fixam nas capitais e em grandes cidades, atraindo uma numerosa mão-de-obra e ampliando o mercado consumidor. O Chile e a Venezuela formam os países de maior desenvolvimento industrial, pois implantaram siderúrgicas, indústrias petroquímicas, de automóveis, alimentos, tecidos e medicamentos.

**Tabela 1: Dados econômico-estatísticos dos países da CAN (2005)**

Países	População	PIB (em milhões de dólares)	PIB <i>per capita</i> (em dólares)
Bolívia	8.152 milhões	24.400	3.000
Equador	12.920 milhões	54.500	4.300
Venezuela	23.543 milhões	182.800	8.000
Peru	27.013 milhões	116.000	4.400
Colômbia	39.686 milhões	245.100	6.200
Totais	111.314 milhões	622.800	–

Fonte: O autor, com base em dados da Union Sudamericana (2006).

A partir dos dados da Tabela 1, podemos perceber que a economia da CAN é muito importante para a América Latina, visto que apresenta um produto interno bruto muito significativo, com destaque para Venezuela e Colômbia.

Segundo informações do portal ibero-americano (COMUNIDAD ANDINA, 2006e), atualmente a CAN se converteu numa ferramenta essencial no processo de integração regional. Nesse sentido, os países-membros já começam a propor um horizonte comum, para que haja aumento do grau de cooperação com outras instituições e com os demais blocos.

### 3 Aspectos culturais e breve histórico dos países andinos

Os países andinos possuem características físicas, culturais e econômicas comuns. Todos são grandes exportadores de matérias-primas minerais e produtos agrícolas tropicais e importadores de produtos industrializados. O choque entre a cultura primitiva dos povos indígenas e a inovação tecnológica transforma radicalmente o panorama desses países.

Os países andinos foram colonizados por espanhóis que trouxeram, na bagagem, seus hábitos e costumes. Assim como aconteceu no Brasil, os povos indígenas já habitavam a região e tinham uma cultura formada. A partir da colonização, o que ocorreu foi um processo de multiculturalidade na região.

#### 3.1 Bolívia

A República de Bolívia é um dos países mais pobres da América Latina. Sem saída para o mar, seu território é composto de frios altiplanos nos Andes, uma vasta área da selva amazônica e da região do Chaco. La Paz, situada a 3.636 m de altitude, é a capital nacional mais alta do mundo. Segundo dados oficiais, 40% da população é composta de índios quéchuas e aimarás (COMUNIDAD ANDINA, 2006b).

A economia baseia-se na exploração do subsolo, rico em minérios (gás natural, petróleo, zinco, tungstênio, prata, ferro, chumbo e ouro). O cultivo da folha de coca é uma das principais atividades agrícolas desse país, política e economicamente, instável. A independência ocorreu em 1825, sob a liderança de Simon Bolívar, cujo nome – em homenagem ao libertador – deu origem a denominação do país.

#### 3.2 Colômbia

Colonizada por espanhóis desde 1525, tornou-se independente em 1811, após a vitória militar liderada por Simon Bolívar sobre os espanhóis, a Colômbia é atravessada pela Cordilheira dos Andes e tem dois terços de seu território coberto por densas florestas tropicais. O país vive da produção agrícola, com destaque para o café, tabaco e cana. O subsolo também é generoso, oferecendo ouro, esmeraldas, carvão e petróleo. Em contrapartida, o país apresenta economia instável e grande índice de desemprego. Embora sua economia seja favorecida pela alta produção e exportação do café, atualmente, a Colômbia sofre com as mazelas do narcotráfico e da desregulação (COMUNIDAD ANDINA, 2006c).

#### 3.3 Equador

A República do Equador está localizada na linha que divide o globo em dois hemisférios (daí a origem do nome). Recebe turistas de todas as partes do mundo nas Ilhas Galápagos, que, por serem dotadas de peculiaridades históricas – a existência de espécimes únicos do reino animal –, serviram de cenário para Charles Darwin elaborar a teoria da evolução das espécies. Tendo conquistado sua independência em 1830, por meio de um movimento liderado por Antônio José de Sucre,

enviado de Simón Bolívar, o Equador divide-se em três diferentes regiões: a costa do Pacífico, os altiplanos dos Andes e a região amazônica. Na zona litorânea, onde vive a maioria da população negra e mulata do país, existem as principais culturas de exportação, destacando-se a produção de bananas, a extração de petróleo, o cultivo de peixes e a extração de madeira (COMUNIDAD ANDINA, 2006d).

A partir do fim dos anos 1890, o Equador passou por um colapso econômico, vivendo uma grande crise que durou 70 anos. Como consequência, houve desemprego em grande escala e a necessidade de constantes intervenções e ajuda do FMI. Atualmente, o país atravessa um período de crescimento econômico provocado pelo descobrimento de jazidas de petróleo.

### 3.4 Peru

O Peru possui território um pouco maior que o Estado do Pará e apresenta três regiões distintas. A costa do Pacífico, rica em peixes, é árida e concentra as maiores cidades, como a capital Lima. A Cordilheira dos Andes possui riquezas minerais (cobre, prata, ouro, petróleo, ferro, carvão e fosfato). Completa essa base econômica a extração de madeira e o cultivo de peixes. A terceira região é a Amazônia peruana, onde nascem os rios que formam o Amazonas (COMUNIDAD ANDINA, 2006f).

“O Peru é um dos três países das Américas cuja maioria da população é composta dos povos indígenas – os outros dois são a Bolívia e a Guatemala” (WIKIPEDIA, s/d., *on-line*). Sua população rural mantém-se com a economia de subsistência, pois sofre com a falta de infra-estrutura. Destaque-se, ainda, o potencial turístico. A luta pela independência foi iniciada pelo argentino José de San Martín e concluída em 1821, quando os espanhóis foram derrotados pelas tropas de Antônio José Sucre.

### 3.5 Venezuela

Situada no norte da América do Sul, a Venezuela apresenta um litoral recortado, fazendo fronteiras com o Brasil, a Colômbia e a Guiana. Um terço de suas terras é protegido por parques nacionais. A população, antes formada

na sua maioria por índios Arauaques e Caraíbas, concentra-se em cidades do litoral – algo em torno de 90% – e apresenta uma das maiores rendas *per capita* da América do Sul, com uma reduzida atividade agrícola (COMUNIDAD ANDINA, 2006g).

A economia venezuelana é baseada na exploração do petróleo, responsável por 75% das exportações. Também há indústrias e extração de minérios como bauxita e ferro. Apelidada de pequena Veneza pelos espanhóis, a Venezuela, cuja independência foi proclamada, em 1811, sob a liderança de Francisco de Miranda, teve seu território reconquistado pelos espanhóis. Esse domínio durou até 1821, quando, sob o comando das tropas de Simón Bolívar na luta contra a Espanha, a independência foi finalmente conquistada. A partir de 1945, com a descoberta de grandes jazidas de petróleo, a Venezuela tornou-se o maior país exportador de petróleo do mundo, fazendo parte da Opep.

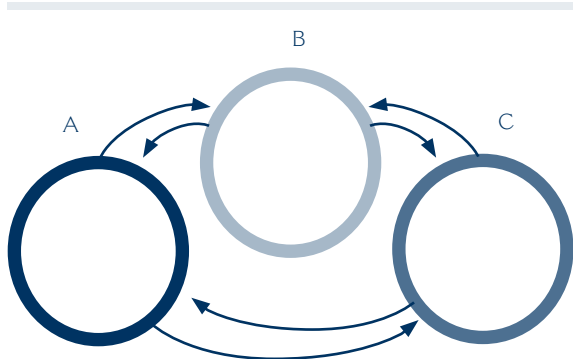
## 4 A importância da integração regional na América Latina

Uma região pode ser definida por critérios econômicos, socioculturais, político-institucionais, climáticos, entre outros, porém o fator mais importante na integração regional, sem desmerecer o cultural, é o socioeconômico, uma vez que a importância maior no processo de integração é o desenvolvimento social e econômico dos países-membros. Isso porque se torna cada vez mais difícil para um país sobreviver, utilizando-se, apenas, do mercado interno.

Segundo Vesentini (2000, p. 74), “[...] os blocos regionais ou blocos comerciais constituem, na realidade, uma das etapas do processo de globalização e da interdependência crescente de todos os países membros.” É a chamada teoria de crescimento a partir dos blocos regionais (Ilustração 1).

Na teoria, os três grandes blocos representam o crescimento a partir da interdependência, ou seja, os países são divididos pela competitividade, porém é preciso que se auxiliem mutuamente para que haja crescimento.





**Ilustração 1: Teoria dos blocos regionais**

Obs.: bloco americano (a); bloco europeu (b); bloco asiático (c).  
 Fonte: Vesentini (2000).

Partindo-se do princípio de que os blocos econômicos foram criados com a finalidade de desenvolver o comércio de determinada região, é necessária, inicialmente, a eliminação das barreiras alfandegárias entre os países, o que torna o custo do produto cada vez menor. Com isso, cria-se maior poder de compra dentro do bloco, eleva-se o nível de vida de seus habitantes e, conseqüentemente, inicia-se o desenvolvimento econômico.

De acordo com Vesentini (2000), no início, pensou-se que os blocos regionais somente ampliariam as trocas de mercadorias entre os países-membros, diminuindo, conseqüentemente, as relações comerciais com o resto do mundo. Posteriormente, percebeu-se que as trocas comerciais se intensificaram não só entre os países-membros, mas também com os dos outros continentes.

Os blocos econômicos são criados sob a forma de Zonas de Livre Comércio, que representam o primeiro estágio e podem evoluir sucessivamente para União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Integração Econômica.

Segundo Herz e Hoffmann (2004), integração regional é um processo dinâmico de intensificação, em profundidade e abrangência, das relações entre os atores, levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional.

Segundo Costa (2005), é importante ressaltar que os modelos de integração econômica regional repousam sobre dois pilares. O primeiro deles está representado pela instituição da ordem jurídica, e o segundo, por sua aplicação.

Segundo Maia (2003, p. 203),

[...] os países da América Latina lutavam pela criação de um organismo que ajudasse a desenvolver suas economias, mas esbarravam na oposição dos Estados Unidos, que argumentavam já existir para esse fim o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entretanto, devido ao agravamento das economias dos países latino-americanos, os Estados Unidos criaram em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo principal de fomentar o crescimento das economias dos países-membros, por meio de financiamentos e assistência técnica na execução dos planos de desenvolvimento econômico.

Em relação à integração econômica regional, a Organização Mundial do Comércio (OMC) informa que, desde 2000, estão em vigor mais de 170 acordos regionais. Esse elevado número mostra que os países estão buscando consumidores além das fronteiras.

## 5 Os parceiros da CAN

A CAN tem intensificado contatos com outros blocos econômicos, principalmente com o Mercosul e a União Européia (UE), visando a convênios de financiamentos para a dinamização do processo de integração regional e cooperação econômica. Em 1996, a CAN e a UE deram origem à Declaração de Roma, que promoveu o aumento das relações comerciais entre os dois blocos comerciais.

No entanto, ao longo de 1998, Colômbia, Peru e Venezuela assinaram um Memorando de Entendimentos com relação à Supervisão Bancária Recíproca, a exemplo do que ocorreu no fim de 1997, quando a Colômbia firmou ajuste similar com o Equador. Acordos desse tipo tendem a disseminar-se em decorrência do desenvolvimento e da internacionalização dos sis-

temas financeiros da região, podendo vir a contribuir, de forma importante, para a estabilidade monetária do continente.

São vários os parceiros da CAN, entre os quais os Estados Unidos, Japão, Reino Unido, China, países da UE e Brasil, o que justifica a importância desse bloco para a região e toda a América Latina.

De acordo com os dados da Tabela 2, a Venezuela é o grande responsável pelo superávit na balança comercial da CAN, cujos produtos são petróleo e derivados. Também podemos perceber que tanto a pauta de exportação quanto a de importação dos países andinos são extremamente diversificadas, o que ratifica a importância das relações comerciais na América Latina.

## 6 As relações comerciais entre o Brasil e a CAN

O Brasil, participante do Mercosul – o maior mercado comum da América Latina – desde a sua criação, promove um enorme crescimento entre os países-membros. As relações entre o Mercosul e Bolívia tiveram início em 1995, quando o bloco começou a negociar com a CAN. O Mercosul e a Bolívia assinaram, em 17 de dezembro de 1996, sob o marco jurídico do Tratado de Montevideu (1980), o Acordo de Complementação Econômica 36 – também chamado ACE-36 –, que prevê o

estabelecimento de uma área de livre comércio. Esse acordo regula as relações comerciais e abrange também aspectos de integração física, promoção comercial e cooperação científica e tecnológica, segundo Ministério das Relações Exteriores (MRE) (BRASIL, 2002).

Segundo informações do MRE, as exportações brasileiras para os países andinos cresceram, de 1998 a 2004, cerca de 71%. Ainda que a uma taxa um pouco menor do que o verificado para o total das vendas externas brasileiras no período, de quase 90%, sobressai o fato de o perfil das nossas exportações para essa região ser de forte concentração em produtos de alto valor agregado. Esse comércio resultou em superávit com Colômbia, Equador, Peru e Venezuela que chegou a 2,7 bilhões de dólares em 2004 – duas vezes superior ao verificado em 1998 – sendo quase 2/3 desse valor referentes aos setores automotivo, de maquinário e eletrônico (BRASIL, 2000).

Já pelo lado da CAN, cerca de 80% das suas exportações para o Brasil são compostas de petróleo, minérios e metais preciosos e comuns. Trata-se, efetivamente, de uma pauta muito concentrada e com nível de agregação de valor bastante inferior à pauta brasileira. É notório, dessa forma, o baixo nível de integração produtiva entre esses países e os do Cone Sul, seja no que se refere ao comércio intrafirma, seja no que diz respeito ao comércio intra-indústria (BRASIL, 2000).

**Tabela 2: Dados do comércio exterior dos países da CAN (2005)**

Países	Exportações (em dólares)	Destino das exportações	Importações (em dólares)	Origem das importações
Bolívia	1,100 milhões	Argentina, Colômbia, Estados Unidos, Reino Unido e Peru.	1,600 milhões	Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Japão e Peru.
Equador	4,100 milhões	Colômbia, Estados Unidos, Itália e Peru.	2,800 milhões	Colômbia, Estados Unidos, Japão, México e Venezuela.
Venezuela	2,900 milhões	Alemanha, Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Itália, Japão, Países Baixos e Porto Rico.	11,800 milhões	Alemanha, Brasil, Canadá, Colômbia, Estados Unidos, França, Itália e Japão.
Peru	5,900 milhões	Alemanha, Brasil, China, Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Suíça.	4,800 milhões	Brasil, Chile, Colômbia, Estados Unidos e Venezuela.
Colômbia	11,500 milhões	CAN, Estados Unidos, Japão e UE.	10,000 milhões	CAN, Estados Unidos, Japão e UE.
Totais	25,500 milhões	–	31,000 milhões	–

Fonte: O autor, com base em dados da Union Sudamericana (2006).



## 7 Situação diplomática entre Brasil e Bolívia

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil confere, no contexto regional, importância prioritária a suas relações com a Bolívia, país com o qual possui a faixa de fronteira mais extensa. O Brasil é o segundo parceiro comercial da Bolívia (depois dos Estados Unidos), bem como considerável fonte de investimentos e promissor mercado consumidor das riquezas minerais e insumos energéticos bolivianos (BRASIL, 2000).

Até o fim de 2005, todos os projetos entre Brasil e Bolívia, como os de gás da Bolívia, com a construção de um gasoduto de três mil quilômetros de extensão, vinham dando resultados positivos, até que surgiu o anúncio de nacionalização do gás boliviano. Trata-se de uma decisão anunciada pelo governo boliviano e que compromete o abastecimento de gás para o Brasil, onde existem aproximadamente 80% de empresas consumidoras. Esse discurso conta com o apoio do governo venezuelano.

O discurso de nacionalização do gás boliviano e a retirada dos investimentos da Petrobras criaram entraves para o crescimento da Bolívia e um problema de abastecimento para o Brasil. Por um lado, apesar de o Brasil ter uma reserva de 137 milhões de metros cúbicos de gás sem exploração, cujo preço seria 30% mais baixo que o da Bolívia, o que falta são projetos; por outro, esse país vizinho está chegando ao limite de sua capacidade de produção de gás, e sem novos investimentos do Brasil, por meio da Petrobrás-Bolívia, o prejuízo será de ambos, pois, a despeito do aumento do consumo pelo lado brasileiro, nossos investimentos foram cruciais para a Bolívia aumentar seus volumes de produção entre 1997 e 2005. Daí a continuidade da crise com o vizinho.

Outro debate que volta à tona é a compra do Acre pelo Brasil, em que os bolivianos alegam que o preço pago foi muito baixo. Porém, segundo *estadao.com.br* (2006), o Acre resultou de um longo processo de povoamento da região, além de uma negociação que envolveu grande quantia em dinheiro. A posse do Acre se deu

com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903. Pelo tratado, o Brasil recebeu a posse definitiva da região pelo pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e com o compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré. Assim, o território do Acre foi anexado ao Brasil e passou à categoria de Estado, em 1962.

Segundo Pomar (apud LAMBERT, 2006), a postura do governo brasileiro foi a mais correta possível. Reconheceu o direito soberano da Bolívia de decidir sobre seus recursos naturais, obteve garantias de que não haverá suspensão no fornecimento do gás boliviano, defendeu os interesses da Petrobrás, mas soube diferenciar os interesses da empresa, enquanto tal, dos interesses do país. Sustentou a necessidade da integração continental, impedindo que a situação evoluísse para um conflito.

## 8 Considerações finais

A partir de 1985, a América Latina conheceu uma nova série de movimentos de integração regional, entre os quais o Mercosul, criado com a assinatura do Tratado de Assunção, que representou o primeiro instrumento jurídico voltado para a integração econômica da América do Sul.

Assim como o Mercosul, a CAN, desde 1996, se propôs auxiliar os países componentes do bloco em parcerias e associações, para promover o progresso comum. Atuando na liberação do comércio entre eles, essa comunidade aposta todo o seu empenho para melhorar a situação econômica e social dos países andinos. Esses, que em sua maioria sofrem diversos problemas, tentam promover o desenvolvimento interno e mostrar sua importância na globalização dos negócios na América Latina.

No começo da década de 1990, acreditava-se que a globalização dos negócios traria prosperidade para o mundo inteiro e que as recessões eram coisas do passado, porém muitas crises econômicas provaram o contrário. Na América Latina, o que se vê é a invasão das multinacionais e aumento dos investimentos estrangeiros. Os resultados são os lucros bilionários, principalmente

dos bancos, líderes em remessas de lucros para o exterior, que favorecem crescimento do desemprego em todos os países.

Atualmente, outros problemas tendem a entrar o comércio na América Latina. A Argentina está protestando contra o Uruguai que quer a instalação de fábricas de celulose nas margens do rio Uruguai, que separa os dois países. O governo uruguaio, por sua vez, afirma que abandonaria o Mercosul em troca de acordo comercial com os Estados Unidos.

Se o Mercosul está em crise, para a CAN a situação ficará pior, pois a crise desta comunidade tem profundas raízes políticas. Para entendermos melhor, basta fazer um retrospecto, por meio do qual podemos comprovar que as constantes mudanças de governos exerceram influência negativa sobre a continuidade do processo de integração econômica na região. Daí o atraso no desenvolvimento de vários países da comunidade.

Segundo contínuas discussões feitas nas edições do Fórum Social Mundial, para que haja a continuidade do desenvolvimento da América Latina, é necessário que se criem vários projetos de integração e que se admita a Bolívia no Bloco do Mercosul, o que poderá favorecer a expansão do comércio e a criação de melhores condições para a inserção produtiva da região.

Para o Brasil, a CAN tem-se revelado uma parceira de altíssimo potencial. Essa parceria, no entanto, tem sido prejudicada pelo acirramento do clima de disputas políticas entre Bolívia e Brasil. Cabe lembrar que ambos os países são potencializadores de desenvolvimento na América Latina, o que não se pode deixar de levar em consideração nesse momento de instabilidade política.

Nesse cenário de diplomacia e discursos sobre a nacionalização do gás, 82% dos consumidores industriais brasileiros reivindicam alternativas de abastecimento, caso haja interrupção de fornecimento pela Bolívia. Segundo especialistas, a solução brasileira será implantar formas de racionamento, uma vez que todas as indústrias estão em condições de se adaptar a outros combustíveis.

A Petrobras considera a possibilidade de aumentar os investimentos na exploração e na produção de gás, em decorrência da crise com a

Bolívia. Se houvesse uma crise e o país deixasse de importar gás da Bolívia, a maior parte seria substituída por óleo combustível, o equivalente a 100 mil barris/dia, o mesmo volume que o Brasil importa em gás da Bolívia.

Segundo Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, a grande notícia de 2006 foi a descoberta de gás e óleo leve em horizontes profundos na Bacia de Santos (SP), que é uma área de fronteira extraordinária, onde a empresa está trabalhando com novas tecnologias tanto de perfuração quanto de produção, com o objetivo de produzir o mais rápido possível. Estrella acredita que a Bacia do Espírito Santo (ES) ainda está numa situação média em termos exploratórios e que, certamente, descobrirão mais óleo e gás na bacia. Além disso, o Brasil teria outro grande desafio, que é a Costa Equatorial (PETROBRÁS, 2006).

Ainda segundo Estrella, o plano estratégico é investir, entre 2007 e 2011, cerca de 41 bilhões de dólares, o que dá, aproximadamente, 8 bilhões de dólares por ano. Com esse montante, acredita-se no aumento de 10% a 20% ao ano. Um programa de investimentos muito robusto e ambicioso que contempla a exploração como uma parte significativa e que vai garantir as novas descobertas e, assim, a continuidade do processo de exploração e produção de gás.

Na realidade, a grande preocupação no Brasil é garantir o fornecimento do gás natural que vem da Bolívia pelo Gasoduto Bolívia-Brasil (GasBol). Atualmente, o Brasil importa mais de 28 milhões de metros cúbicos por dia ( $m^3$ /dia) de gás da Bolívia. Para 2007, a expectativa é que esse volume aumente para 30 milhões  $m^3$ /dia, limite da capacidade do gasoduto. A verdade é que o próprio governo boliviano já garantiu que esse fornecimento não está ameaçado, mas é bom se prevenir.

Atualmente, os países-membros da CAN encontram-se no dilema comum entre os países sul-americanos: procurar aprofundar os laços sub-regionais e construir uma zona sul-americana de cooperação econômica. Assim, as relações entre Brasil e Bolívia suscitam interesse especial tanto pelo clima de harmonia diplomática de tantos anos quanto pela importância desses países no cenário

econômico e político na integração latino-americana. No entanto, se continuarem remoendo o passado, não se sabe quais serão as reais consequências para ambos.

## The importance of the Andean Community for the Latin America economy

The aim in this article is to discuss about the formation of the Andean Community, showing its importance to the economic participation in the Latin America integration process. In this context, it is emphasized the organization of this block, as country memberships, social, economics and politics situation, the most important partners and the relationship between this block and Brazil, since our country possesses an expressive participation in this market, but nowadays it is harmed with the speeches about the nationalization of the Bolivian gas.

**Key words:** Development. Diplomacy. Industrialization. Investment.

## Notas

- 1 A Cepal foi criada, em 1948, com o fito de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países da América Latina.
- 2 A Opep foi criada, em 1960, com o objetivo de estabelecer uma política comum em relação à produção e comercialização de petróleo. Desde 1980, a Opep responde por mais de 60% da produção mundial de petróleo e por 90% das exportações.

## Referências

BRASIL. *Decreto nº 4.445 de 28 de outubro de 2002*. Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica. Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, celebrado em Fortaleza, em 17 de dezembro de 1996. Brasília: 2002. Disponível em: <[http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_boli\\_189\\_1105.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_boli_189_1105.htm)>. Acesso em: 1º jun. 2006.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Divisão da América Meridional II (DAM II)*. In: REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL. Brasília: MRE, 2000. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/daa/dam2.htm>>. Acesso em: 1º jun. 2006.

CHEREM, M. T. C. S.; SENA JÚNIOR, R. di (Org.). *Comércio internacional e desenvolvimento: uma perspectiva brasileira*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

COMUNIDAD ANDINA. *Acuerdo de integracion subregional andino (Acuerdo de Cartagena)*. Lima: CAN, 2006a. Disponível em: <<http://intranet.comunidadandina.org/Documentos/DBasicos/DBasicol.doc>>. Acesso em: 20 maio 2006.

COMUNIDAD ANDINA. *Quienes somos. Bolivia*. Lima: CAN, 2006b. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/quienes/bolivia.htm>>. Acesso em: 20 maio 2006.

COMUNIDAD ANDINA. *Quienes somos. Colombia*. Lima: CAN, 2006c. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/quienes/colombia.htm>>. Acesso em: 20 maio 2006.

COMUNIDAD ANDINA. *Quienes somos. Ecuador*. Lima: CAN, 2006d. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/quienes/ecuador.htm>>. Acesso em: 20 maio 2006.

COMUNIDAD ANDINA. *Quienes somos. Lima*. Lima: CAN, 2006e. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/quienes.htm>>. Acesso em: 20 maio 2006.

COMUNIDAD ANDINA. *Quienes somos. Peru*. Lima: CAN, 2006f. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/quienes/peru.htm>>. Acesso em: 20 maio 2006.

COMUNIDAD ANDINA. *Quienes somos. Venezuela*. Lima: CAN, 2006g. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/quienes/venezuela.htm>>. Acesso em: 20 maio 2006.

COSTA, L. M. *Comércio exterior: negociação e aspectos legais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

ESTADÃO.COM.BR. Morales diz que Brasil não faz nada pela Bolívia. *Estadão.com.br*, São Paulo, 11 maio 2006. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ultimas/economia/noticias/2006/mai/11/126.htm>>. Acesso em: 1º jun. 2006.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. R. *Organizações internacionais: história e práticas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. *Economia internacional: teoria e política*. 6. ed. São Paulo: Addison Wesley/Pearson, 2005.

LAMBERT, P. Pomar avalia questão Brasil-Bolívia. *Página 13*, São Paulo, 6 maio 2006. Disponível em: <<http://www.pagina13.com.br/?q=node/511>>. Acesso em: 1º jun. 2006.

MAIA, J. de M. *Economia internacional e comércio exterior*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PETROBRÁS. *Guilherme Estrella. Site. Relações com o investidor. Notícias para investidores. Entrevistas*. Disponível em: <[http://www2.petrobras.com.br/ri/port/noticias/Entrevistas/entre\\_GuilhermeEstrella.asp](http://www2.petrobras.com.br/ri/port/noticias/Entrevistas/entre_GuilhermeEstrella.asp)>. Acesso em: 1º dez. 2006.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia*. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1989.

SEITENFUS, R. *Manual das organizações internacionais*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

UNION SUDAMERICANA. Comunidade Andina. *Union Sudamericana*. 2006. Disponível em: <<http://www.unionsudamericana.net/portugues/paises/comunidadandina/comunidadandina.html>>. Acesso em: 1º jun. 2006.

VESENTINI, J. W. *Sociedade e espaço*. 31. ed. São Paulo: Ática, 2000.

WIKIPEDIA. Peru. *Wikipedia*. s/d. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Peru>>. Acesso em: 20 maio 2006.

Recebido em: 1º dez. 2006 / aprovado em: 10 nov. 2006

**Para referenciar este texto**

SILVA, J. U. da. A importância da Comunidade Andina para a economia da América Latina. *Revista Gerenciais*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 71-82, 2006.